

Página Inicial

O Correio

Fale Conosco

Boletim Diário

Expediente

Arquivos

Seja um colaborador

Perseguida política, a advogada Eloisa Samy denuncia os abusos do Estado

Dados oficiais maquiam vários processos de re Mais notícias

ISSN 1983-697X

terça, 22 de julho de 2014 19:21:27

Boletim Diário

Para assinar o boletim de notícias preencha o formulário abaixo:

Plínio em Imagens



[Confira a vida de Plínio](#)

Plínio de Arruda

MEMÓRIA

Confira os textos em homenagem a Plínio

[Leia Mais](#)

Brasil nas Ruas

Confira os artigos sobre manifestações e movimentos sociais no Brasil.

[Arquivo - Artigos](#)

Aúdios

Confira o arquivo de entrevistas em áudio.

[Arquivo - Áudios](#)

Artigos

Memória Plínio de Arruda

Brasil nas Ruas

Política

Social

Internacional

America Latina

Economia

Meio Ambiente

Cultura e Esporte

Resenhas

Notas em Destaque

Resenha

Por que

Hidrelétrica São Manoel: Cronologia de mais um desastre - Parte I

ESCRITO POR TELMA MONTEIRO
QUI, 15 DE AGOSTO DE 2013



0

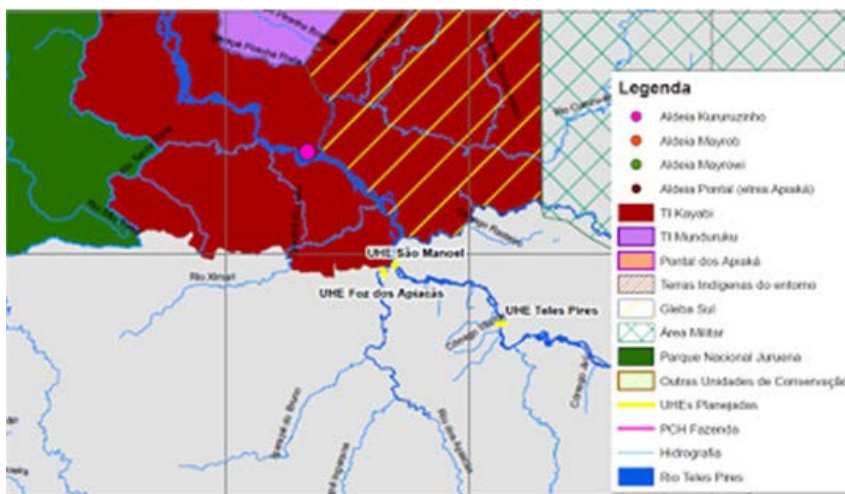


2



O processo de licenciamento da usina hidrelétrica São Manoel, no rio Teles Pires, começou em 2007. O pedido foi feito pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). O projeto prevê a potência instalada de 750MW (megawatt) e a potência firme de 410,6 MW.

A área de inundação foi calculada em 52,95 quilômetros quadrados, com extensão de 41 quilômetros, nos municípios de Paranaíta, estado do Mato Grosso (MT) e Jacareacanga, no Pará (PA), região hidrográfica da Amazônia. O projeto da UHE São Manoel pretende ser a fio d'água. A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) fez a apresentação formal do empreendimento ao Ibama em 30 de janeiro de 2008. Estavam presentes representantes das diversas instância do Ibama, da EPE, da Agência Nacional de Águas (ANA), das empresas Leme Engenharia e Croncremat, contratadas pela EPE.



Complexo Hidrelétrico Teles Pires e Terras Indígenas

Oficializada a abertura do processo de licenciamento no Ibama, o passo seguinte foi a elaboração do Termo de Referência para orientar a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Respetivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A EPE enviou ao Ibama, em 20 de fevereiro de 2008, uma proposta de Termo de Referência (TR) para elaboração do EIA/RIMA da UHE São Manoel, curiosamente datada de fevereiro de 2007, um ano antes.

No período de 10 a 15 de março de 2008, o Ibama, como é praxe, realizou a vistoria técnica na área de influência da UHE São Manoel. Em 22 de julho de 2008, os técnicos do Ibama emitiram o relatório da vistoria técnica realizada em março. Esse relatório dá uma ideia clara das implicações futuras da construção da hidrelétrica em região de floresta preservada entre as corredeiras Sete Quedas e a foz do rio Apicás, no Teles Pires.

Beleza exuberante ameaçada

Foi possível no voo de reconhecimento, segundo o relatório, contemplar o reservatório da outra hidrelétrica, já em construção, a UHE Teles Pires, a montante do ponto escolhido para o barramento da UHE São Manoel. Na região foram observadas castanheiras de grande porte dentro de uma matriz dominante de áreas florestais relativamente bem conservadas e com inúmeros igarapés ao longo dos dois futuros barramentos.

Tanto a UHE São Manoel como a UHE Teles Pires estão inseridas em Área Prioritária para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, segundo a Portaria n° 9 do Ministério do Meio Ambiente, de 23 de janeiro de 2007, esclarece o relatório. Ainda mais importante, tanto na margem esquerda como na direita do rio está uma área (Am043) considerada de importância biológica extremamente alta e prioridade de ação alta.

Arquivo - Editoriais

Vídeos

Plínio: "VIVA O BRASIL"



O Correio publica a saudação final de Plínio, no último debate à campanha presidencial de 2010, promovido pela rede Globo.

[Leia mais...](#)

Vídeos - Arquivos

Colunistas

Política

Léo Lince

Wladimir Pomar

Waldemar Rossi

Fernando Silva

Frei Betto

Dicionário da Cidadania

Internacional

Luiz Eça

Virgílio Arraes

Ramez Philippe Maalouf

Eduardo Gudynas

Achille Lollo

Economia

Guilherme Delgado

Paulo Passarinho

Paulo Metri

Ambiente e Cidadania

Danilo Pretti Di Giorgi

Rodolfo Salm

Rogério Grassetto Teixeira da Cunha

Telma Monteiro

Cultura e Esporte

Gabriel Perissé

Cassiano Terra Rodrigues

Gabriel Brito

Ex-colunistas

Osiris Lopes Filho

participar da política?



Em homenagem a Plínio de Arruda Sampaio, o Correio republica resenha de seu livro, lançado em novembro de 2010 pela editora Sarandi.

[Leia mais...](#)

Arquivo de Resenhas



Especiais

- Especial 50 anos do Golpe Militar
- Especial MST 30 anos
- Entrevistas e matérias da Redação em 2013
- O Brasil e o petróleo em 2013
- Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades
- Entrevistas da Redação em 2012
- Políticas Culturais em Debate
- Belo Monte, Belo Monstro
- Alguns comentários sobre o pacote habitacional 'Minha Casa, Minha Vida'
- Especial Política Econômica
- Setor elétrico: uma história de descaminhos
- Léo Lince: Reforma Política
- Pacote Ecológico de Crescimento: Energia Elétrica
- Trabalho: fixo, errante ou fragmentado
- Hugo Chávez e a "liberdade de imprensa"
- Providência: uma

Os técnicos ainda ressaltaram que a localização do remanso do projeto da UHE São Manoel está a algumas centenas de metros rio abaixo da Sete Quedas e o eixo do barramento a apenas um quilômetro de um terceiro projeto hidrelétrico, previsto para ser construído na foz do rio Apiacás, a UHE Foz do Apiacás. Todos esses empreendimentos constam do inventário da bacia do rio Teles Pires.

Ainda, informa o relatório, a importância da biodiversidade do local e a relevância ecológica. Constataram a dinâmica pela presença de inúmeras ilhas que serão submersas, caso o projeto seja considerado viável, que requer estudos aprofundados de longo prazo. Some-se a isso locais de reprodução de espécies de peixes e de alimentação de animais sazonalmente inundados, que serão alterados.

Outra informação de suma importância está na constatação de que o local está próximo ao limite da Terra Indígena Kayabi. O texto ainda descreve a presença de andorinhas, araras-vermelhas, bugios, coati-de-testa-branca, configurando a riqueza faunística da região escolhida para abrigar empreendimentos com tamanho potencial de destruição.

A ameaça já está lá

Outro fato que chama a atenção foi a constatação, pelos técnicos, da presença de acampamento de equipe de sondagem contratada pela Construtora Norberto Odebrecht. Sondagens e acampamento com desmatamento e danos à vegetação em plena Área de Proteção Permanente (APP), não autorizados nesse caso. Antecipação de procedimentos sem a necessária declaração de utilidade pública ou autorização para intervenção em APP.

A urgência do PAC

Em 22 de julho de 2008, o presidente da EPE, Maurício Tolmasquin, enviou ofício ao então presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, cobrando celeridade na emissão do Termo de Referência. Argumentou que São Manoel faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e que os processos decisórios devem obedecer o cronograma estabelecido pelo governo.

Tolmasquin, incomodado com aquilo que ele interpretava como atraso, mas que na verdade seria atinente aos procedimentos de licenciamento ambiental, mencionou que a apresentação do projeto e a concepção do EIA/RIMA eram do conhecimento dos analistas do Ibama desde janeiro de 2008 e a vistoria técnica fora realizada em março.

Cobrou e obteve. Em 25 de julho, o Ibama expediu o Termo de Referência. Mas, em 18 de setembro, a EPE protocolou uma análise do Termo de Referência do Ibama, para apresentar uma visão alternativa para o TR, "que incorpora conhecimentos já adquiridos das características regionais e do projeto, além da experiência do setor elétrico na elaboração de EIA/RIMA".

Entre as propostas está, por exemplo, a exclusão no TR das pré-definições espaciais das áreas de influência do projeto. O Ibama pediu que as áreas de influência indireta fossem definidas levando em consideração parte da bacia hidrográfica do rio Teles Pires. Reafirmou essa necessidade depois, em 21 de novembro de 2008, quando emitiu um novo TR aceitando algumas alterações da EPE e recusando outras.

Em 6 de março de 2009, a EPE enviou ao Ibama um novo ofício com justificativas para exclusão de quatro itens do TR com relação ao comportamento dos sedimentos nas diferentes vazões do rio Teles Pires a montante e a jusante do barramento da UHE Teles Pires. Esse estudo, segundo o Ibama, se fazia necessário, uma vez que o remanso do reservatório da UHE São Manoel se estenderia até o barramento da UHE Teles Pires.

Para a EPE, no entanto, tais preocupações eram irrelevantes e valeram-se de observações técnicas em que minimizaram os efeitos dos sedimentos depositados ou transportados pelo rio Teles Pires. Aparentemente, o Ibama aceitou a exclusão dos quatro itens do TR e o processo deu seguimento com a elaboração do EIA/RIMA a partir de março de 2009.

A tentativa de dar um golpe no processo de licenciamento

A UHE São Manoel é uma das seis hidrelétricas planejadas para o rio Teles Pires e seu afluente Apiacás. Nesse conjunto, quatro delas estariam em processo de licenciamento pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) de MT. As UHEs São Manoel e Teles Pires estavam a cargo do Ibama.

Em 18 de março de 2009, o analista ambiental Fernando de Carvalho Bittencourt, lotado no Ibama de MT, encaminhou em ofício, ao Departamento de Licenciamento Ambiental (DILIC), uma representação do Ministério Público Estadual de MT, assinado pelo promotor Luiz Alberto Esteves Scaloppe. Nesse ofício, o analista entende que implantar hidrelétricas em sequência no rio Teles Pires, com dispensa do EIA/RIMA dada pelo Conselho de Meio Ambiente (Consema) de MT, seria uma temeridade. Se reporta à importância dos argumentos do promotor e à preocupação da Conselho Estadual de Recursos Hídricos de MT (CEHIDRO), nesse sentido.

A representação do MP ao Ibama tinha, realmente, argumentos suficientes para provar que vários empreendimentos planejados numa mesma bacia hidrográfica, como o Complexo Hidrelétrico do rio Teles Pires, não poderiam ser licenciados isoladamente. Os efeitos sinérgicos e cumulativos de significativos impactos ambientais estavam sendo ignorados nos estudos ambientais. Diante disso o promotor pedia a apreciação e providência ao Ibama para que promovesse a unificação dos estudos.

Componente Indígena e a tolerância da Funai

- Jorge Almeida
- Henrique Júdice
- Fábio Luiz
- Mateus Alves
- Luiz Antonio Magalhães

A Ordem na Mídia

Mídia e autoridades: revisionismo histórico e submissão nos 50 anos do golpe militar

Não surpreende que os posicionamentos de Dilma e Celso Amorim tenham desapontado aqueles que até hoje travam batalhas ideológicas e judiciais por punição aos militares. No entanto, precisamos estudar a fundo se esse aparente recuo não revela uma submissão ainda considerável à caserna e aos cães de guarda do regime.

[Leia mais...](#)

Arquivo - A Ordem na mídia



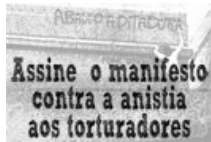
longa história de fabricação de mitos rumo à privatização

- ▣ A não declarada Política Nacional de Meio Ambiente
- ▣ Previdência: dossiê das falácias
- ▣ Biocombustíveis em questão

Charge



Arquivo de Charges



Artigos por data

Jun	Julho 2014	Ago
D S T Q Q S S		
		1 2 3 4 5
	6 7 8 9 10 11 12	
13 14 15 16 17 18 19		
20 21 22 23 24 25 26		
27 28 29 30 31		

Links RSS

- RSS 1.0
- RSS 2.0
- RSS 0.91
- ATOM 0.3
- OPML SHARE IT!

Em 2 de outubro de 2009, a Fundação Nacional do Índio (Funai) encaminhou à EPE o Termo de Referência para os estudos do Componente Indígena. Estranhamente, no entanto, a Funai diz no ofício de encaminhamento que está atendendo "à solicitação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no sentido que o Termo de Referência para os estudos do Componente Indígena abrangesse esses dois empreendimentos (UHE São Manoel e UHE Foz do Apiacás), devido a sua proximidade geográfica".

A Funai informa ainda que o TR para os estudos do Componente Indígena foi elaborado a partir de "reuniões de esclarecimento nas comunidades indígenas". Resta saber se essas reuniões de esclarecimentos mencionadas aconteceram, quando e em quais comunidades. E as memórias dessas reuniões?

O TR da Funai reforça que para os dois empreendimentos, UHE São Manoel e UHE Foz do Apiacás, é facultada a elaboração de apenas um estudo do Componente Indígena que vai integrar os dois processos de licenciamento. Só não mencionam que a UHE Foz do Apiacás estava em processo de licenciamento na Secretaria Estadual do Meio Ambiente do MT e não no Ibama.

Os índios isolados na região mereceram atenção no TR.

Continua na Parte II.

Nota:

Este artigo teve como base os documentos do processo de licenciamento da UHE São Manoel que tramita no Ibama.

Telma Monteiro é ativista sócio-ambiental, pesquisadora, editora do blog <http://www.telmadmonteiro.blogspot.com.br>, especializado em projetos infra-estruturais na Amazônia. É também pedagoga e publica há anos artigos críticos ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil.



ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO EM QUI, 19 DE SETEMBRO DE 2013

A publicação deste texto é livre, desde que citada a fonte e o endereço eletrônico da página do Correio da Cidadania

Para ajudar o Correio da Cidadania e a construção da mídia independente, você pode contribuir clicando abaixo.



Comente Comentários(1)

